



Universidades Lusíada

Pinto, Surama Conde Sá

Sobre a lógica do funcionamento dos partidos políticos nos sistemas oligárquicos : o caso do Rio de Janeiro na Primeira República

<http://hdl.handle.net/11067/1124>

Metadados

Data de Publicação	2014-09-15
Resumo	O objetivo deste artigo é testar algumas interpretações presentes na historiografia que analisa a função dos partidos políticos durante a Primeira República brasileira. Ao estudar o caso do Rio de Janeiro, Distrito Federal, examinamos o desempenho e o papel dos partidos políticos formados no período, utilizando como fonte principal jornais, documentos de arquivos particulares e cartas de alguns líderes políticos locais....
Palavras Chave	Partidos políticos - Brasil - História - Século 20
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 09-10 (2013)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-26T10:36:58Z com informação proveniente do Repositório



**SOBRE A LÓGICA DO FUNCIONAMENTO DOS PARTIDOS
POLÍTICOS NOS SISTEMAS OLIGÁRQUICOS:
O CASO DO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

ABOUT THE LOGIC OF THE FUNCTIONING OF POLITICAL PARTIES IN THE OLIGARCHIC
SYSTEMS: THE CASE OF RIO DE JANEIRO DURING THE BRAZILIAN FIRST REPUBLIC

Surama Conde Sá Pinto

Professora-Adjunta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Brasil)





Resumo

O objetivo deste artigo é testar algumas interpretações presentes na historiografia que analisa a função dos partidos políticos durante a Primeira República brasileira. Ao estudar o caso do Rio de Janeiro, Distrito Federal, examinamos o desempenho e o papel dos partidos políticos formados no período, utilizando como fonte principal jornais, documentos de arquivos particulares e cartas de alguns líderes políticos locais.

Abstract

The aim of this article is to test some interpretations present in the historiography that analyze the function of political parties during the Brazilian First Republic. By studying the case of Rio de Janeiro, Federal District, we examine the performance and the role played of the political parties formed in the period, using as main source newspapers, documents of private archives and letters of some local political leaders.

Palavras chave: Partidos políticos – Rio de Janeiro – Primeira República

Key words: Political parties – Rio de Janeiro – First Republic





Análises sobre a experiência dos partidos nos sistemas políticos de diferentes países há muito interessam pesquisadores. Considerado um fenômeno histórico por definição, o partido político pode fornecer ao historiador uma considerável quantidade de informações sobre grupos que se esforçam para reunir homens, visando uma ação comum sobre o poder e a organização da sociedade. O partido é também *o lugar onde se opera a mediação política*, já que entre um programa político e as circunstâncias que o originaram há sempre uma distância considerável.¹ É muito frequente, no entanto, a confusão entre grupos restritos, que não passam de clientelas, e partidos políticos modernos com vocação para encampar ou canalizar os votos de populações numerosas, que nascem no mundo ocidental no final do século XIX.

Quatro critérios utilizados na ciência política norte-americana se mostram úteis, nesse sentido, para definir e diferenciar partidos de forças políticas: a duração no tempo, que garante a existência do partido mais longa do que a vida de seus fundadores e implica que ele responda a uma tendência profunda da opinião pública; a extensão no espaço, que supõe uma organização hierarquizada e uma rede permanente de relações, entre uma direção nacional e estruturas locais, abrangendo uma parte da população; a aspiração ao exercício do poder, que necessita de um projeto global que passa a convir à nação e o seu conjunto; a vontade de buscar o apoio da população, seja recrutando militantes, seja atraindo votos dos eleitores.

Para os cientistas políticos norte-americanos, tais critérios foram preenchidos, a partir do momento em que houve a extensão do sufrágio, o que introduziu parcelas cada vez maiores da população no jogo político. A relação extensão do sufrágio e nascimento dos partidos modernos é evidenciada, assim, na Grã-Bretanha a partir da reforma eleitoral de 1832 e na França com a 3ª República. O caso brasileiro deve ser pensado à parte.

No Brasil, os partidos políticos passaram a se constituir como grupos institucionalmente organizados sob a égide da monarquia parlamentarista do Segundo Reinado. Na época, o ponto central da dinâmica política estava menos na relação entre os partidos e o eleitorado do que nas relações dos partidos com o Poder Moderador que, fazendo e desfazendo gabinetes, promovia a rotatividade no poder central e nos governos provinciais. Este mecanismo de funcionamento não impedia, porém, que a racionalidade do jogo político fosse dada pela disputa entre partidos, tendo como eixo de equilíbrio a figura do imperador.

Com a implantação da República, em 1889, houve uma sensível alteração dessas regras. O Poder Moderador foi eliminado, junto com o critério censitário, e foram extintos os dois partidos principais – o Liberal e o Conservador. O único partido que permaneceu foi o Republicano que, embora fundado em 1870,

¹ BERSTEIN, Serge. Os partidos políticos. In: REMOND, René. *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, pp. 57-98.

nunca chegou a constituir-se como uma organização unificada nacionalmente, caracterizando-se como uma federação de núcleos provinciais com matizes ideológicos diversos e com estratégias políticas frouxamente coordenadas pelo núcleo central do Rio de Janeiro. A instituição do federalismo pela Constituição de 1891 agravou essa situação, consolidando uma estrutura partidária estadual e antipartidária em plano nacional, apesar das tentativas de organização de agremiações como o Partido Republicano Federal (PRF), em 1893, e o Partido Republicano Conservador (PRC), em 1910.² Com o advento do novo regime, os partidos nacionais não só desapareceram como passaram a ser estigmatizados, sendo vistos como uma ameaça à boa condução do governo.³ Sobre este aspecto, as matrizes teóricas predominantes no período parecem ter influído de forma significativa. Positivismo e pensamento autoritário forneciam elementos para uma visão depreciativa destas instituições representativas.

A noção positivista de cidadania excluía claramente os direitos políticos, incorporando apenas os direitos civis e sociais, estes últimos vistos como concessões do Estado. O voto como direito ligado ao exercício da cidadania e os partidos como expressão das preferências eleitorais não eram valorizados. Para o pensamento autoritário, que ganhou maior espaço nas décadas de 1920 e 1930, longe de traduzir diferentes princípios doutrinários e nítidas distinções programáticas, as siglas partidárias não passavam de fachada, cuja finalidade era ocultar sua verdadeira vocação: a defesa de interesses particulares. Seguindo essa lógica e representando a primazia dos interesses privados, os partidos seriam contrários ao bem público, que só poderia ser preservado mediante a ação de líderes ou através da construção de um Estado forte capaz de sobrepor-se ao jogo das facções.⁴

A identificação dos partidos com facções e, conseqüentemente, a aversão ao *espírito partidário* é, sem dúvida, um ponto central no pensamento político do presidente Campos Sales (1898-1902). Embora reconhecesse a sua necessidade no plano teórico, Sales considerava que nas condições concretas da política brasileira tais organizações eram experimentos perturbadores da *evolução benéfica das idéias*.⁵ Se, por um lado, o alvo de suas críticas era o PRF – partido que o apoiou na sua eleição para a presidência da República⁶ –, por outro, a *Política dos Governadores*, articulada e por ele implementada, foi importante na consolidação da estrutura partidária que passaria a predominar no país a partir de 1898.

² Sobre essas experiências ver: WITTER, José S. *Partido Republicano Federal (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1987; SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O Processo Político - Partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos G. (org.). *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, pp. 162-226.

³ CARVALHO, José Murilo de. Sistemas Eleitorais e Partidos do Império. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (org.). *O Balanço do Poder – Formas de Dominação e Representação*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora: IUPERJ, 1990, p. 34.

⁴ DINIZ, Eli. Crise Política, Eleições e Dinâmica Partidária no Brasil: um balanço histórico. In: *Dados Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 32, n.º 3, 1989, p. 323.

⁵ LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 125.

⁶ *Idem, ib.*, p. 124.



Na nova lógica política erigida em sistema, a antiga competição entre partidos nacionais cedeu espaço às relações entre as várias situações políticas estaduais e o poder central. Assim, formaram-se nos estados, ao fim da primeira década republicana, partidos dominantes, quando não únicos, que passaram a monopolizar as posições do governo, possuindo maior ou menor complexidade interna, conforme a diversificação da estrutura social e política de cada região, como foram os casos do Partido Republicano Paulista (PRP)⁷ e do Partido Republicano Mineiro (PRM).⁸

Estudos recentes mostram, no entanto, que este padrão não foi seguido de maneira uniforme por todas as unidades da Federação brasileira. Enquanto alguns estados caminharam em direção à formação de um partido único, na antiga província fluminense passariam a funcionar dois partidos – o Partido Republicano Fluminense (PRF) e o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ) –, sem que isso traduzisse a existência de uma vida partidária organizada ou dinâmica. As análises existentes convergem para um mesmo ponto: a baixa institucionalização da vida partidária no estado. O Rio teria encontrado uma série de dificuldades que inviabilizaram a construção de um partido forte e coeso. Na explicação para o malogro das tentativas realizadas, dois fatores que se complementam vêm sendo apontados: o fraco enraizamento do movimento republicano na antiga província⁹ e a ausência de uma maior definição nas relações governo-partido.¹⁰ Diferentemente do verificado no caso fluminense, na cidade do Rio de Janeiro, houve um maior enraizamento do ideário republicano. Esse fato, porém, não significa afirmar que a vida partidária local não tenha encontrado outras dificuldades.

Conforme vem sublinhando a produção acadêmica, os partidos republicanos estaduais na Primeira República brasileira funcionavam como instrumentos de conciliação interna dos diferentes grupamentos políticos nos estados, permitindo uma defesa mais eficaz dos interesses regionais no Congresso e acesso a bens públicos. A despeito da importância que essas instituições assumem no período,

⁷ Os fazendeiros paulistas compunham a base do PRP, partido formado ainda por banqueiros e comerciantes. Sobre essa discussão ver: LOVE, Joseph. *A locomotiva. São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 195. Ver também: CASALECHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1987; e, ZIMMERMANN, Maria Emília Marques. *O PRP e os fazendeiros de café*. São Paulo: Unicamp, 1987. (Dissertação de Mestrado).

⁸ Diferentemente do PRP, o PRM era dominado por advogados e profissionais liberais. Para uma análise do PRM ver: WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira. (1889-1937)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1975, p. 183. Ver também RESENDE, Maria Efigênia. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982; e o artigo de Cláudia Viscardi que relativiza a tese da conciliação interna das elites políticas mineiras, segundo a qual elas estariam reunidas em torno de um partido monoliticamente estruturado (o PRM): VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Minas de dentro para fora. In: *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora: EDUFJF, vol. 5, n.º 2, 1999.

⁹ BOERHRER, George. *Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro: MEC, 1954, pp. 67-72.

¹⁰ FERREIRA, Marieta de M. Fragmentação política e questão partidária. In: *Em Busca da Idade do Ouro: As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, pp. 117-138.

é, no entanto, pequeno o número de análises sobre a experiência e o papel desempenhado pelas organizações partidárias do Distrito Federal.¹¹ O cenário político partidário da cidade do Rio, no entanto, foi povoado por um número relativamente grande de siglas na Primeira República, tendo algumas delas se destacado na arregimentação das forças eleitorais locais, já nas primeiras horas do novo regime.

O propósito central deste artigo é sistematizar as principais questões levantadas por essa insipiente produção acerca das experiências dos partidos organizados pelas chefias políticas da capital da República brasileira no período e apresentar novos subsídios para esse debate. É importante esclarecer, não é nosso interesse aqui reconstituir o tecido factual da vida dessas organizações (nascimento, acidentes históricos, congressos, lutas internas, posicionamento face a grandes fatos) nem desenvolver uma análise pormenorizada da dimensão ideológica de cada uma delas.¹² O que se pretende é fornecer subsídios para a compreensão do significado da existência dessas organizações e o papel por elas desempenhado no jogo oligárquico.¹³

As siglas da capital da República brasileira

No final do século XIX, era na cidade do Rio de Janeiro que o republicanismo possuía a tradição mais firmada. Foi nela que surgiu, em 1870, o primeiro núcleo de republicanos, onde funcionou a coordenação do movimento e atuaram seus propagandistas mais populares. Entretanto, na futura capital do novo regime, o Partido Republicano, longe de ser um agrupamento homogêneo e coeso, apresentava-se dividido em facções que iam do republicanismo moderado de Quintino Bocaiuva e Aristides Lobo, ao radicalismo revolucionário de apelo popular de Silva Jardim e Lopes Trovão.¹⁴ Ainda assim, com a proclamação da República, a organização passou a controlar a política no Distrito Federal.¹⁵

¹¹ VENEU, Marcos Guedes. Enferrujando o Sonho: Partidos e Eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 30, n.º 1, 1987, pp. 45-72; FREIRE, Américo. A República carioca. In: *Uma capital para a República: Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000, pp. 155-186; PINTO, Surama Conde Sá. As siglas da política carioca. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 2005, vol. 429, pp. 143-170. _____. Só para iniciados: o jogo político na antiga Capital Federal. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2011, cap. 2.

¹² Também não será objeto de reflexão aqui a experiências dos partidos políticos operários. Serão apenas privilegiados os mecanismos criados visando à conciliação interna por parte das figuras de proa da política carioca na Primeira República.

¹³ Retomo aqui algumas das considerações traçadas em trabalhos anteriores e agrego novos dados obtidos a partir do projeto *Partidos políticos, eleições e participação política na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República*, em desenvolvimento.

¹⁴ Para uma análise das diversas tendências políticas presentes no Rio de Janeiro no início da República ver CARVALHO, José Murilo de. "República e Cidadania." In: *DADOS*, vol. 28, n.º 2, 1985, pp. 143-61.

¹⁵ Apesar da inexistência no Rio de uma organização partidária unificada, capaz de absorver novos membros e disputar eleições, não se pode dizer que a corrente republicana da capital estivesse representada apenas pela cúpula do Governo Provisório. Parte do esforço de propaganda dos anos anteriores foi dirigida à formação de clubes políticos republicanos que servissem de ligação entre o partido e o eleitorado. Para se ter uma ideia, em fins de 1888 havia na cidade do Rio de Janeiro



Analisando as eleições e a dinâmica partidária no Distrito Federal nos primeiros anos do novo regime, Marcos Veneu destacou que, apesar das tentativas de se formar partidos estáveis no Município, nenhum grupo político obteve êxito.¹⁶ Esta dificuldade se explicaria em função das características assumidas pelas agremiações, dentre elas a fragilidade e o caráter sazonal.

De acordo com o autor, os primeiros esforços para formar na Capital Federal um partido que desse apoio ao governo republicano recém-instituído foram feitos em dezembro de 1889. Em março do ano seguinte, o Partido Republicano Federal da Capital dos Estados Unidos do Brasil, denominação adotada, lançou manifesto no qual se definia como uma organização provisória cujo objetivo principal era organizar a eleição da Constituinte. Cumprindo essa meta, o partido apresentou ao eleitorado uma chapa de candidatos reunindo republicanos históricos e nomes ligados ao Governo Provisório.

Nas eleições, realizadas em 15 de setembro de 1890, a chapa do partido obteve vitória esmagadora; apenas dois candidatos não foram eleitos. No entanto, o bom resultado das urnas não foi suficiente para consolidar o partido, que permaneceu sem coesão interna.

A segunda tentativa de organização de um partido na capital ocorreria em 1893. O Partido Republicano Federal foi lançado num manifesto em 30 de julho.¹⁷ Composto basicamente por congressistas, seu principal objetivo era se tornar uma agremiação capaz de influir na escolha do novo presidente da República. Com um programa bastante simples, o novo partido defendia a Constituição de 1891 e os direitos e liberdades nela contidos. O maior enraizamento do PRF só viria ocorrer em 1895, período em que a agremiação passou a controlar 15 cadeiras no legislativo local, êxito este que não significou controle completo sobre a política municipal, já que dois anos depois o partido se esfacelaria.

Tomando como referencial estas experiências e usando a tipologia de Maurice Duverger, Veneu classificou os partidos republicanos da cidade como *partidos de quadros*, organizações formadas pelas elites tradicionais em conjunturas eleitorais e, para estes fins, voltadas mais para a qualidade de seus membros como políticos influentes do que para a quantidade de seus adeptos.¹⁸ Tais agremiações tendiam a concentrar o processo de decisão nas mãos de um diminuto grupo cujo inter-relacionamento direto constituía o centro da atividade política. Como reflexo desta tendência, no Rio de Janeiro, segundo o autor, ter-se-iam multiplicado as redes de clientela, para as quais contribuíram ainda fatores como a falta de autonomia da cidade e a fragmentação de papéis e domínios sociais proporcionada pela vida num grande centro urbano.¹⁹ A Capital Federal não teria conseguido se expressar como *indivíduo coletivo, capaz de ser um dos sujeitos da política nacional*.²⁰ Despojado de autonomia e sem nenhum instrumento capaz

16 clubes republicanos.

¹⁶ VENEU, Marcos Guedes, *op. cit.*

¹⁷ VENEU, Marcos Guedes, *op. cit.*, p. 51.

¹⁸ VENEU, Marcos Guedes, *op. cit.*, pp. 56-57.

¹⁹ *Idem, ib.*, p. 59.

²⁰ *Idem, ib.*, p. 68.

de aglutinar suas elites, o Rio de Janeiro ter-se-ia afastado do jogo político formal das instituições, abrindo espaço para os interesses pessoais e para a corrupção. Assim, um jogo político predatório movido tanto pela ação interventora do poder central como pela luta desarticulada das lideranças políticas locais é a imagem que emerge da análise do autor.

O historiador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Américo Freire, em estudo publicado no ano 2000, partilhou da visão de Veneu de que a dinâmica da capital brasileira na Primeira República não se identificou com as demais unidades da federação, ou seja, em torno de um Poder Executivo estadual, de um Legislativo domesticado e de um partido *globalidade*. A diferença nas análises dos dois autores é que, para Freire, as limitações políticas oriundas do fato do Rio sediar a capital do país não inviabilizaram a formação de grupos e partidos que, em determinados momentos, tiveram condições de influir no ordenamento do campo político da cidade.²¹ Freire analisa experiências de dois partidos: o Republicano Federal (PRF) e o Republicano do Distrito Federal (PRDF).

Conforme destaca, o PRF, em meados de 1890, dominou a cena política local, vencendo sucessivas eleições e controlando a maioria das bancadas (municipal e federal).²² Já entre 1898 e 1902, adotando uma tendência discreta e governista, manteve alguma influência no legislativo local e nas bancadas federais. Embora nascido pela união dos poderes centrais, o partido se tornou algo bem maior do que uma seção partidária do oficialismo, já que a tendência ao conflito foi mais pronunciada do que a aproximação sistemática em relação ao governo.²³

Segundo Freire, o PRF foi o primeiro eixo ordenador do campo político do Distrito Federal no período. Nenhuma liderança ou grupo nesta fase representava um contraste à sua força política, que atuava com desenvoltura e atraía setores ligados ao florianismo urbano e ao localismo das áreas rurais da cidade, representadas pelas freguesias de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, esteio do poderio eleitoral do partido.²⁴ Seu desmantelamento é explicado pelo autor em função de uma conjunção de fatores, entre os quais se destaca a ação do Governo federal visando ao desmonte desta estrutura, através da reforma da Lei Orgânica da capital.²⁵

Outro partido estudado por Freire foi o PRDF, que também nasceu bafejado pelo oficialismo.²⁶ Em suas fileiras, o PRDF contava com as lideranças do

²¹ FREIRE, Américo. *op. cit.*, p. 159.

²² O Conselho de Intendência Municipal era o órgão legislativo local da cidade do Rio de Janeiro. Seus membros eram eleitos pelos cidadãos ativos. O Rio de Janeiro era o único município com representação no Congresso, formada por 10 deputados e 3 senadores.

²³ *Idem, ibidem*, pp. 160-161.

²⁴ *Id.*, p. 171.

²⁵ *Id.*, p. 179.

²⁶ Em pouco tempo de existência, contudo, o novo partido entraria em rota de colisão com o Governo Campos Sales, principal alvo das críticas de Barata Ribeiro (chefe da agremiação) na tribuna do Senado. O PRDF se reergueria politicamente apenas com o término da gestão do presidente paulista. FREIRE, *op. cit.*, p. 180.

Triângulo – Augusto de Vasconcellos (chefe político de Campo Grande), Raul Barroso (chefe político de Guaratiba) e Felipe Cardoso Pires (chefe político de Santa Cruz) –, egressas do PRF,²⁷ que apresentavam grande capacidade de arregimentação política do eleitorado. Longe de se constituir num conjunto de lideranças insulado em suas localidades, reproduzindo um jogo político paroquial em troca de alguns favores, o grupo atuou em torno de um projeto cujo objetivo central era assegurar um conteúdo mais autônomo à política da capital, traduzido na defesa de três princípios básicos: de instituições político-partidárias fortes e capazes de ordenar o campo político carioca e enfrentar a ação de agentes “externos” na capital; de um maior poder de barganha na relação com poderes federais, em particular com o prefeito do Distrito Federal; e de uma ação mais livre na montagem e manutenção de clientelas.

O PRDF conseguiu, ao término da gestão de Campos Sales, se transformar num *desaguadouro dos próceres políticos da capital*, conquistando vitória expressiva na Câmara dos Deputados, com exceção da derrota para a candidatura dissidente de Lauro Sodré para o Senado. Diferente do PRF, o partido conseguiu deslocar o eixo de discussão para questões fundamentalmente locais, conferindo-lhe melhores condições de exercer uma real interlocução política com o Governo federal. A ideia do predomínio de uma espécie de varejo político na capital é assim relativizada. Para este historiador, a ação interventora do Executivo federal no campo político da capital, as alterações introduzidas na legislação reguladora do Distrito Federal e as dificuldades enfrentadas pelas elites cariocas não inviabilizaram a criação de estruturas partidárias assentadas em bases locais.

Apesar de não explorar os motores responsáveis por clivagens internas nos partidos cariocas, as proposições de Freire encontram respaldo empírico na análise da dinâmica partidária da cidade no período posterior aos marcos temporais usados em seu trabalho.²⁸

Em estudo publicado recentemente, contatamos que, depois de uma expressiva vitória nas eleições federais de 1906, o Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF) foi reorganizado, para aglutinar as forças políticas da capital, visando às eleições para o Legislativo local de março.

No novo programa do partido, figuraram propostas amplas, relativas à garantia de direitos constitucionais, respeito à lei e à autoridade constituída, difusão da instrução primária e profissional, ensino da agricultura, proteção à indústria, fiscalização na arrecadação e no emprego das rendas públicas federais e municipais, além da lisura eleitoral. A questão da autonomia municipal, definida nos termos da *Constituição*, figurou apenas em quarto lugar no programa, constituído por dez itens. No documento, nítida foi a preocupação de fundar diretórios para promover o alistamento de eleitores, que pode ser entendida levando-se em consideração os baixos índices de comparecimento às

²⁷ Esta cisão vem sendo creditada à provável anuência do chefe do partido à candidatura do republicano histórico Xavier da Silveira em lugar de Augusto de Vasconcellos. ABRANCHES, Dunshee de. *Como se faziam presidentes*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. 297.

²⁸ Ver PINTO, Surama Conde Sá. As siglas da política carioca. In: *Só para iniciados*. O jogo político na antiga Capital Federal, 2011.

urnas registrado na capital por ocasião das eleições.²⁹

Sobre esse aspecto, vale ressaltar, a auto-exclusão do eleitor, em grande medida, estava relacionada às diversas modalidades de fraude eleitoral praticadas no período, ao perigo representado nos pleitos pela ação de capoeiras e capangas e à descrença da população tanto em relação ao modelo de República vitorioso quanto aos políticos. O testemunho do deputado Faria Souto, na tribuna da Câmara, em 1917, é bastante ilustrativo nesse sentido: “O que acontece é que o bom eleitor fica afastado das urnas, porque ninguém quer arriscar a vida nos azares de uma eleição onde não há garantia de ordem.”³⁰

A fraude eleitoral, contudo, materializada em práticas como eleições a bico de pena, falseamento dos totais, registro ilegal de analfabetos, voto de defunto, compra de votos, intimidação e uso da violência, não foi criação da República. O novo regime reproduziu várias práticas vigentes no Império. Muitos dos procedimentos ilícitos utilizados nos pleitos na cidade do Rio de Janeiro também não diferiam dos que eram praticados no restante do país. Um dos principais elementos diferenciadores da cidade do Rio era que, por sediar a capital, os jornais cariocas denunciavam veementemente as fraudes, fato menos frequente, dados os mecanismos de controle das chefias locais, no interior dos estados.

As irregularidades estavam presentes em todas as fases do processo eleitoral, que envolvia o alistamento, a composição das mesas (responsáveis pela recepção dos votos nas seções eleitorais), a votação, a apuração e o reconhecimento dos eleitos. Nesta última etapa, a *degola* era o destino quase inevitável dos candidatos não afinados com as forças políticas dominantes.

Alguns esforços foram feitos no sentido de coibir tais práticas. Em 1916, foram consolidadas as primeiras tipificações de delito eleitoral, mas apenas em 1920, com a Lei nº 4.226, esses delitos começaram a ser definidos e vinculados a sanções penais explícitas.³¹

Em se tratando de eleições na cidade do Rio, pode-se falar em *controle positivo* e *controle negativo* do eleitorado. O *controle “positivo”* se manifestava na garantia de uma quantidade expressiva de votos cativos. Nesta categoria incluía-se também o voto do funcionalismo público. O *controle negativo* era aquele que a historiografia frequentemente aponta como sendo a especificidade dos mecanismos de fraude eleitoral no Distrito Federal.³² Nesta categoria se incluem as práticas que afastavam os eleitores e concorrentes através do emprego da violência no momento da votação – tiroteios, navalhadas e cacetadas –, efetuadas por peritos na arte de intimidar eleitores, especialmente contratados para transformá-los em *veados*, que na linguagem da época significava candidatos a defunto.

²⁹ Ver CARVALHO, José Murilo de. Cidadãos inativos: a abstenção eleitoral. In: *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.85.

³⁰ Anais da Câmara dos Deputados, 1917, vol. 5, p. 1073.

³¹ Era muito comum a legislação eleitoral tipificar delitos sem lhes atribuir pena específica, o que inviabilizava sua aplicação. BASTOS, Aurélio Wander. *O Poder e as Leis: A dominação eleitoral na Primeira República*. In: LIMA Jr., Olavo Brasil de. *O Balanço do Poder: Formas de Dominação e representação*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990, p. 45.

³² LEVINE, *op. cit.*, p. 148.



A consequência mais imediata das práticas acionadas nas eleições neste período era a abstenção eleitoral, estimulada pelo fato do voto não ser obrigatório e pelo descrédito da população em relação aos políticos.

O absentéismo era também alimentado pela legislação eleitoral. O alistamento eleitoral da cidade elaborado pelo Governo federal produziu dispositivos que, sob a alegação de criar mecanismos garantidores da lisura do processo eleitoral, restringiam ao mínimo a participação do eleitor. Os requisitos para a qualificação, respaldados pelos próprios representantes cariocas, exigiam o pagamento de taxas por títulos, a carteira de identidade e a certidão de residência. Assim, motivos não faltavam para o cidadão abster-se das eleições na cidade.

Por outro lado, seria enganoso pensar que não fosse auferido nenhum tipo de vantagem por aqueles que se lançavam na aventura dos pleitos. Sempre havia a possibilidade de tirar algum proveito das eleições ou em se filiar às organizações partidárias da cidade. Ser filiado a uma agremiação política era um primeiro passo para a obtenção de favores junto às chefias políticas da cidade nelas congregadas³³. No mercado político carioca, onde o eleitorado se dividia em eleitores independentes e arregimentados, o voto era uma mercadoria com algum valor. O trecho reproduzido a seguir de uma carta enviada a Paulo de Frontin é bastante eloqüente nesse sentido:

Levo ao vosso conhecimento que preciso de 1000 chapas para senador e 1000 para deputados. Dr. Frontin, os eleitores não irão votar sem que dê a eles dinheiro, muitos deixam de ir votarem como na eleição de Dr. Sampaio Corrêa pois que elle só deu-me no dia da eleição 100\$000 e que os eleitores quizeram me aggredir como o Dr. devia ter sabido, foi V. Excia. que mandou que eu desse almoço e que depois pagou.

[...]

Eu sei que torno importuno mas eu que trato deste serviço quero que V. Excia. me dê o que tem que dar porque elles do contrário não irão as urnas; até um 1º escripturário quer dinheiro e eu tenho que entregar cédulas e dinheiro; na eleição passada gastei meu 300\$000 com a eleição de Dr. Sampaio Corrêa. Agora tenho quatrocentos e tantos eleitores a 5 ou 10\$000 que é quanto monta cada um eleitor...³⁴

O conteúdo da missiva de Augusto Zebral, espécie de cabo eleitoral de Frontin, ilustra bem que a compra de votos pelos candidatos à representação política da cidade era prática comum no período, mesmo para chefias com prestígio. O testemunho mostra ainda que, se para o eleitor na capital da República participar das eleições era perigoso (José Murilo de Carvalho chegou a afirmar que quem tinha juízo ficava em casa),³⁵ votar podia ser também lucrativo...

³³ Um exemplo claro disso é a carta do senador José Murinho solicitando a Frontin, então prefeito do Distrito Federal, uma colocação para um protegido na reforma da Prefeitura. O senador justifica o seu pedido com base no fato do pretendente ser militante do partido e correligionário do prefeito. Arquivo Paulo de Frontin, lata 18, documento 66.

³⁴ Carta de Augusto Moreira Zebral a Paulo de Frontin, datada de 15 de fevereiro de 1921. Arquivo Paulo de Frontin, lata 19, documento 16.

³⁵ CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. In: CARVALHO, Maria Alice Resende de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 1991, p. 75.

O PRDF não era um partido de oposição ao Governo federal. Esse perfil permitiria seu alinhamento à organização presidida nacionalmente, em 1910, por Pinheiro Machado – o Partido Republicano Conservador. A proximidade, entretanto, não implicou renúncia à luta de alguns membros do partido por um conteúdo mais autônomo para a política carioca.

Nos primeiros anos do século XX, o partido também apresentou um programa político melhor estruturado e esteve longe de ter apenas um caráter sazonal, embora fosse constituído por lideranças políticas da cidade e chefias das principais freguesias cariocas. Por outro lado, a tendência ao personalismo foi nítida. O fenômeno se traduzia na ascendência de Pinheiro Machado e de Augusto de Vasconcellos sobre o processo de decisão em matéria de política do Distrito Federal, bem como na manutenção de uma ampla rede de relações ligada por vínculos de solidariedade, baseados no cultivo de valores como lealdade, reciprocidade e respeito à palavra empenhada.³⁶ Assim, entende-se por que, em grande medida, com as mortes do general gaúcho e do chefe político de Campo Grande, seguida da forte onda de críticas ao Governo Hermes no novo quadriênio presidencial, o partido sofreu um forte revés.³⁷

Com o desaparecimento da agulha, a velha bússola da política carioca perdeu o norte. O Partido Republicano Conservador do Distrito Federal voltou a adotar a denominação de Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), numa espécie de excomunhão do legado pinheirista, e deu adeus aos seus dias de glória.

Em fins de 1916, o PRDF estava longe de ter a força política de outrora, perdeu vários membros e o domínio do Conselho Municipal para o Partido Autonomista de Mendes Tavares, presidente da Casa na ocasião.³⁸

A morte de Vasconcellos abriu espaço para a afirmação de novas lideranças no campo político carioca. Foi o caso de Paulo de Frontin. O renomado engenheiro se tornaria mentor intelectual e chefe da Aliança Republicana (AR), que passou a disputar com o novo Partido Republicano do Distrito Federal, criado em 1918, a primazia na política da capital.

As bases do programa da Aliança Republicana (AR) foram apresentadas em 1918. Não se pode afirmar que o partido renovava os quadros das elites políticas cariocas. Nas suas fileiras, influências políticas da cidade que integraram o antigo PRDF perfilavam ao lado de estreantes. O próprio prócer da nova organização havia militado na antiga sigla.³⁹ À frente do partido, no entanto, em vez de um médico – profissão de Vasconcellos e Barata Ribeiro, comum entre chefias políticas

³⁶ Sobre denúncias da intromissão de Pinheiro Machado em assuntos da cidade do Rio, ver *Anais do Senado*, sessão de 15 de abril de 1910, p. 29.

³⁷ O partido já havia perdido Barata Ribeiro, falecido na cidade do Rio em 10/02/1910. Nos anos seguintes às mortes de Pinheiro Machado e Vasconcellos, importantes políticos da cidade, como Thomás Delphno e Sá Freire, que fora figura ativa no processo de reorganização do PRDF em 1906, já declinavam suas indicações nas chapas do partido. Ver cartas enviadas a Paulo de Frontin. Arquivo Paulo de Frontin, lata 17 documentos 113 e 114.

³⁸ A despeito do temporário controle sobre o Legislativo local e de ter atraído algumas figuras de proa da política carioca, como Irineu Machado e Alcindo Guanabara, o Partido Autonomista jamais teve a mesma força do PRDF nem a capacidade de aglutinação de chefias da cidade.

³⁹ Em 1909 Paulo de Frontin já fazia parte da Comissão Executiva do PRDF.

cariocas em função da facilidade na construção de clientela –, encontrava-se um engenheiro, com uma longa folha de serviços prestados ao país.

A ascensão de Frontin na política local, a princípio, poderia ser interpretada como símbolo de novos valores e de outra concepção da atividade política, mas as práticas políticas dos membros da AR não diferiam das acionadas pelas tradicionais chefias do Rio. Além disso, apesar de apresentar um programa mais elaborado e inovar na abordagem e soluções para determinadas questões, temáticas mais polêmicas, como voto secreto, não foram tratadas no manifesto que marcou a criação da organização.

A defesa da autonomia carioca ganhou destaque no Programa apresentado. Ainda que definida nos termos da Constituição de 1891, esta bandeira era acompanhada da condenação de uma série de limitações impostas à ação do Conselho Municipal. A crítica dos *aliancistas republicanos* incidia particularmente sobre o impedimento do Legislativo local de votar matérias como o subsídio dos legisladores e analisar os vetos do prefeito, prerrogativa conferida pela Lei Orgânica ao Senado.

O partido definia-se como de caráter local e preocupava-se com questões relativas à situação política e constitucional do Distrito Federal (considerado mais do que um simples município), ao progresso e desenvolvimento de seus recursos naturais. Perfilaram no manifesto partidário propostas como a revisão do sistema tributário, a resolução da questão dos limites territoriais do Distrito Federal, a municipalização de serviços de água, luz, esgoto, viação-férrea local e outros, a produção de leis mais severas em relação às questões de higiene e salubridade, além da defesa da intervenção direta do Estado na solução do problema de habitação.

A defesa de medidas de proteção e apoio ao comércio e à indústria, junto com a abertura de espaço no partido para a representação destes setores, foram importantes inovações que mostram a relação estabelecida com grupos representantes do grande capital na cidade.⁴⁰ Tal política não foi reproduzida em relação aos operários, que pleitearam a candidatura de um representante (Everardo Adolfo Backheuser) na Câmara junto a Frontin.⁴¹ Mas a Aliança Republicana também se pronunciou sobre a problemática operária, defendendo a equiparação igualitária de todos os trabalhadores nacionais, a criação de uma legislação especial de proteção ao trabalhador (amparando, sobretudo, crianças, mulheres e chefes de família numerosa), de seguros contra acidentes de trabalho, além da assistência à criança desvalida. A intervenção do Estado no combate ao analfabetismo, na relação capital/trabalho e no controle da obtenção desordenada de lucros e vantagens, também foram bandeiras levantadas, ao lado da defesa da ação dos membros da Magistratura para tornar viáveis todas estas propostas.

Mais do que simples proposições, os itens apresentados foram respostas

⁴⁰ A iniciativa da AR foi bem acolhida, conforme mostra carta de maio de 1919, enviada à Comissão Executiva do partido pelo *Directório Político das Classes Conservadoras*, leia-se diretório central do comércio e da indústria do Rio de Janeiro, indicando os nomes de Augusto Alves e Antenor Moreira Dutra para seus representantes junto ao partido. Arquivo Paulo de Frontin, lata 18, documento 61.

⁴¹ Ver Arquivo Paulo de Frontin, lata 36, documento 44.

a questões prementes colocadas para as elites do país, em fins dos anos 1910. Algumas visavam, ainda que de forma sutil, combater a intensificação da mobilização dos operários e, conseqüentemente, o número crescente de greves. É importante assinalar, no exercício de seus mandatos, os representantes eleitos do partido procuraram materializar esse conjunto de propostas.⁴²

Apesar de passar a representar a mais importante força política organizada da cidade e apresentar um programa bem elaborado, querelas e disputas internas entre influências políticas tradicionais e novas ameaçaram, ao longo do período, a união das forças políticas do Distrito Federal em torno da sigla carioca. A centralização do processo de decisão política e o caráter dinâmico dos acordos firmados contrariavam, muitas vezes, interesses de antigas e tradicionais influências políticas da cidade, não dispostas a abrir mão de *direitos adquiridos* para incorporação de novos elementos à organização.

Como chefe, Frontin buscou mediar as disputas. A sua posição de liderança na política da cidade começou ainda dentro do partido de Augusto de Vasconcellos, mas tomou maior dimensão com a morte deste o chefe político e a sua passagem pela prefeitura do Distrito Federal, em 1919. Sua ascendência política guarda semelhança ao observado nas relações entre Nilo Peçanha, o Partido Republicano Fluminense (PRF) e o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), fundado por Alberto Torres em 1898.⁴³ Tal tendência tinha um importante ônus: impedia o partido de se fortalecer, uma vez que a agremiação gravitava em torno de uma figura central e não o contrário, reproduzindo a mesma característica dos partidos fluminenses e do próprio PRDF: o personalismo.

O que fazia com que a Aliança Republicana preterisse antigos aliados, apoiando figuras que não tinham história no partido nem longa folha de serviços prestados, era o grande valor no mercado político da capital da República que representava o apoio eleitoral de um adversário cooptado, sobretudo em função dos baixos índices de comparecimento às urnas.

O número de eleitores controlados por algumas chefias políticas da cidade teve um peso grande no estabelecimento de novos compromissos pelo partido, nos quais, muitas vezes, antigos aliados foram postos de lado. Por outro lado, embora importante, o cacife eleitoral não era o único critério definidor de recrutamento político. Amizade e laços pessoais, típicos em sistemas oligárquicos, também funcionavam como critério, revelando uma tendência predominante durante todo o período: a de que, para além das divergências ideológicas ou de programa político, as cisões partidárias tinham natureza pragmática, eram resultado de disputas por mandatos nas instâncias municipal e federal do Poder Legislativo e por poder de influência. A disputa na composição das chapas para a representação da cidade era agravada pela falta de controle sobre os recursos distribuídos, necessários para o funcionamento de esquemas clientelistas.⁴⁴

⁴² PINTO, Surama Conde Sá. Um saco de gatos? A bancada carioca no Congresso. In: Só para iniciados ...

⁴³ FERREIRA, *op. cit.*, cap. 6.

⁴⁴ A adoção do conceito de clientelismo, em vez do conceito de coronelismo, aqui segue a orientação proposta por CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma



Algumas cartas encontradas no arquivo Paulo de Frontin dão a exata dimensão de como eram compostas as chapas e o desenrolar do processo eleitoral.⁴⁵ Ter o nome do seu candidato ou o próprio nome indicado pelo partido e sufragado pelos eleitores arregimentados era a chance de obter acesso a bens públicos e, conseqüentemente, distribuí-los entre correligionários, conforme grau de merecimento, por serviços prestados. Esta dinâmica de funcionamento não significa que a política da mais importante cidade brasileira no período estivesse “restrita a um jogo em que se digladiavam pessoalmente os ‘notáveis’ políticos e suas redes de clientelas no qual as relações pessoais, mantidas pelo favor, subsistiam mesmo sem a presença de partidos formalmente organizados para congregá-las.”⁴⁶

Era justamente a multiplicidade de pequenas redes de clientela e o não controle de cargos que tornava a existência de partidos, agregando influências políticas, imprescindível na política carioca. As próprias iniciativas de reorganização do PRDF, conforme visto em 1906, a criação de um partido homônimo, em 1918, e da Aliança Republicana, além da fusão do Partido Republicano do Distrito Federal e da AR, em 1921, sem mencionar a criação do partido Democrático do Distrito Federal, em 1927, servem de indícios neste sentido. Os políticos da representação carioca perceberam a importância e a necessidade prática de criar mecanismos de ligação com o eleitorado, ampliado no decorrer do período, e de garantir algum capital político na concorrida política carioca. Cultivar um contingente eleitoral e alimentar uma rede de clientela no Distrito Federal custava caro. Integrar-se a um partido tornava a tarefa menos onerosa.

As eleições no Distrito Federal, a exemplo do que ocorria nos estados da Federação, envolviam grandes gastos. Organizar uma agremiação e fazer com que seus membros contribuíssem mensalmente era uma forma de arcar com as despesas eleitorais, que envolviam desde o pagamento de gráficas e jornais para confecção de cédulas e divulgação das chapas até a remuneração de eleitores. Não eram apenas eleitores avulsos que consumiam recursos. Conforme mostra a contabilidade de Frontin, em fins dos anos 1920, sociedades, ranchos e blocos da cidade estavam na sua lista de despesas eleitorais, chamadas de *auxílios políticos*.⁴⁷

As chefias políticas perceberam a importância de se organizar em partidos não só para defender de forma mais articulada os seus interesses e os do Distrito Federal das investidas intervencionistas do Executivo federal, como também para controlar o alistamento eleitoral na cidade. Não havia o interesse em ampliar a franquia de eleitores de forma considerável, pois isso demandaria a existência de recursos e benesses a serem distribuídas num contexto de pouca oferta. O importante era garantir um *quantum* de votos e, nesse sentido, os partidos tinham um papel fundamental.

discussão conceitual”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 40, n.º 2, 1997, pp. 229-250.

⁴⁵ Ver cartas de Salles Filho e de Nicanor Nascimento enviadas a Paulo de Frontin em 1917. Arquivo Paulo de Frontin, lata 8, documentos 29 e 80.

⁴⁶ VENEU, *op. cit.*, p. 67.

⁴⁷ Ver Arquivo Paulo de Frontin, latas 35 e 28, documentos 16 e 41, respectivamente.



Outro elemento para entender a dificuldade enfrentada pelo partido para gerir internamente os conflitos é o fato de ter sido criado a partir da fusão de novos com antigos elementos das chefias de Augusto de Vasconcellos, Octacílio Camará e Aristides Caire. Para estes políticos, lealdade à pessoa e à palavra empenhada era mais importante do que lealdade ao partido. Esta tendência dificultou o estabelecimento de uma disciplina partidária, pois transformou a transitoriedade numa característica das alianças que se firmavam. Este traço, porém, não era singularidade da política carioca na Primeira República. Além do estado do Rio no período ter enfrentado problemas semelhantes,⁴⁸ o mesmo padrão de comportamento também foi observado por Richard Graham em seu estudo sobre a política imperial: *O que predominava era a lealdade à pessoa, não ao partido ou programa.*⁴⁹ Isso fazia com que ódios e inimizades aflorassem em conjunturas eleitorais, sendo levados a público, mesmo fazendo parte do mundo privado, comprometendo a disciplina partidária.⁵⁰

No caso carioca, dois outros fatores agravavam o quadro: o fato do voto do eleitor da cidade ser personalizado e a ação do Executivo federal estimulando dissensões no campo político local. No Rio, o eleitor escolhia “seus representantes” no Legislativo de acordo com as qualidades pessoais dos candidatos e levando em conta seus interesses, laços de dependência e amizade. No relacionamento entre o político e sua base eleitoral, a referência partidária não era marcante. Um bom exemplo disso era a figura de Irineu Machado e seu eleitorado. O advogado carioca, que afirmava ser socialista, em 1903 foi eleito pelo PRDF, em 1909 militava no Partido Liberal de Rui Barbosa, em 1916 fazia parte do Partido Autonomista e assim por diante. Apesar de ter composto em diferentes momentos com forças políticas diversas, Machado nunca deixou de ser um dos políticos cariocas que apresentavam os maiores índices de votos nas eleições.

A ação do Governo federal na política local, por seu turno, também estimulou as disputas entre os diferentes grupos como uma estratégia de controle sobre o campo político carioca; fragmentado, era mais fácil ser dominado. Não era interesse do Executivo federal ver surgir e crescer uma força política que, embora filha do oficialismo, mantinha uma linha política menos compromissada com o governo e mais independente.

Disputando espaço com a AR, em setembro de 1918, foi fundado o Partido Republicano do Distrito Federal, organização homônima à sigla PRDF, que agregava os deputados Salles Filho, egresso da AR, Mendes Tavares, ex-militante do Partido Autonomista, e José Maria Metello Jr., este último sem mandato e ex-integrante do PRDF.

A nova sigla demonstrou a preocupação em regular o artigo 6º da Constituição de 1891, a fim de normalizar a intervenção nos estados e, particularmente, no Distrito Federal. O programa do partido não diferia muito da plataforma da

⁴⁸ PINTO, Surama Conde Sá. *A Correspondência de Nilo Peçanha e a Dinâmica Política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, cap. 3.

⁴⁹ GRAHAM. *op. cit.*, p. 204.

⁵⁰ *Idem*, p. 219.



AR, defendia melhoria salarial do funcionalismo público, a difusão do ensino, inclusive o de formação profissional, criação de uma legislação trabalhista e de medidas visando à melhoria das condições de vida da população, o combate aos *trusts* da indústria e do comércio, a revisão do sistema tributário, fiscalização na arrecadação das rendas públicas, municipalização dos serviços controlados pelo Governo da união e reformas da polícia e da justiça. A grande diferença fica na defesa da transferência da sede da República. A principal liderança da AR (Frontin) era favorável à municipalização dos serviços, mas contra a mudança da capital⁵¹ por considerá-la dispendiosa e prejudicial aos negócios da cidade.⁵² Numa entrevista concedida ao jornal *O Globo*, após o movimento que pôs fim à Primeira República, estas ideias foram melhor explanadas:

Sou partidário franco da autonomia do Distrito. Autonomia política e administrativa, e a este respeito penso hoje como pensava hontem nas campanhas oportunas que fiz, quando senador pela capital. Tudo quanto se articula contra esta idea, não resiste a uma analyse serena...

*Não há nenhum inconveniente na permanência da capital no Rio com a autonomia. De certo, regulamentadas as leis; definidas as atribuições, passada para o governo da cidade o que tiver de ser dirigido por elle, não haverá a menor desarmonia. ... Assim sou pela autonomia carioca e pela permanência da capital do Brasil aqui. Mudar a capital não seria só dispendioso. Seria também crear dificuldades que a reflectiriam em toda a vida nacional...*⁵³

Em 1921, as duas forças políticas organizadas da cidade se fundiriam⁵⁴ visando às eleições para Câmara dos Deputados, para a renovação do terço no Senado e para uma vaga aberta na Câmara Alta. No programa figuraram propostas de natureza variada, uma espécie de *mix* das plataformas políticas das duas organizações. Em relação à questão social, nada de novo. Defendia-se a criação de uma legislação que garantisse ao trabalhador a parte que lhe competia na produção da riqueza nacional. A valorização e estabilidade da moeda nacional, através do controle do câmbio, era outro ponto do amplo programa, mais voltado para questões nacionais. A Coligação, denominação adotada na ocasião, mostrou-se fiel ao seu principal eleitor - o funcionalismo público -, defendendo antigas demandas da categoria, além de melhorias nas condições de vida da população (alimentação, saneamento e habitação),⁵⁵ o combate ao analfabetismo, o incentivo à instrução profissional, extensão da viação férrea, proteção à indústria de ferro e carvão nacionais, rejuvenescimento dos quadros do Exército e da Armada, e reorganização do Exército e da Marinha nacionais. Curiosamente, nenhuma menção foi feita à questão da autonomia municipal nem

⁵¹ Arquivo Paulo de Frontin, lata 36, documento 25, p. 6.

⁵² *Idem, ibidem.*

⁵³ Jornal *O Globo*, edição de 22 de agosto de 1931.

⁵⁴ Arquivo Paulo de Frontin, lata 36, documento 45. Ver também lata 38, documento 55.

⁵⁵ A frente defendeu providências contra o açambarcamento dos gêneros de primeira necessidade, para a melhoria das condições de vida no país e principalmente na Capital Federal, o saneamento e intenso incremento da agricultura e da indústria pastoril na zona rural do Distrito Federal, além da construção de casas com aluguel módico para as classes menos favorecidas.

à problemática do voto secreto, apesar da intensa campanha verificada nos anos 1920 em defesa da lisura no processo eleitoral. A única proposta neste sentido foi a difusão da instrução como meio de combate ao analfabetismo, elemento comum em todos os manifestos partidários vistos até aqui.

Ao que tudo indicava, novos ventos sopravam na política carioca. A calma, no entanto, duraria pouco. A mais importante força da política da cidade AR viveria nova crise culminando com a saída de Frontin e de outros elementos que se opuseram ao apoio dado pelo partido à candidatura situacionista de Arthur Bernardes no pleito presidencial de 1922.

Em 1927, Frontin estaria à frente da chamada Coligação Política, formada por remanescentes da AR. Do Senado, continuaria comandando a política do Distrito, apesar da criação do Partido Democrático (PD)⁵⁶ naquele mesmo ano e do Bloco Operário.⁵⁷

•••••

A metáfora mais apropriada para caracterizar a experiência dos partidos organizados pelas chefias políticas da cidade talvez seja a de um pêndulo. Ora essas organizações voltavam-se prioritariamente para o debate político nacional, ora concentravam-se na defesa dos interesses locais. Esta tendência, relacionada ao fato da cidade sediar a capital da República, comprometeu a capacidade de uma ação mais constante e eficaz na luta por um conteúdo mais autônomo à política carioca, meta perseguida por esses grupos. Por outro lado, a despeito das dificuldades assinaladas, os partidos políticos da cidade, embora se aproximassem mais do que Serge Bertein denominou de grupamentos políticos e Maurice Duverger classificou como partidos de quadros, no período aqui abordado tiveram o importante papel de estabelecimento de mecanismos de controle de acesso ao governo, visando a redução do grau de incerteza da política carioca, a garantia do espaço de ação no campo político da cidade para os grupos

⁵⁶ O Partido Democrático do Distrito Federal foi fundado em 17 de maio, numa pequena sala da tradicional Praça Tiradentes, no centro do Rio. Seu aparecimento deve ser entendido dentro de um contexto mais amplo, marcado pela demanda dos setores médios urbanos emergentes por uma maior participação no processo eleitoral e pelas críticas às práticas que davam forma ao sistema político vigente. Diferente do PRDF ou da AR, a recém-criada organização nunca teve a pretensão de ser um eixo ordenador da complexa política do Distrito tampouco objetivou organizar as tradicionais chefias políticas da cidade. Sua luta se firmou contra as práticas políticas tradicionais, um objetivo, aliás, comum ao seu congêneres paulista e ao Nacional, ambos criados no ano anterior, que tinham à frente respectivamente Antônio Prado (pai do prefeito da cidade do Rio no período - Prado Jr.) e Assis Brasil. O programa do partido foi apresentado em 7 de setembro do mesmo ano. No documento, a bandeira do voto secreto foi levantada, assim como a da representação das minorias. A nova organização mostrou grande preocupação com a questão social e com outros temas ligados à política nacional. A problemática da autonomia do Distrito Federal, contudo, não foi objeto de maiores considerações. O seu programa foi publicado na íntegra Na edição de 08/09/1927, p. 2 do Correio da Manhã.

⁵⁷ De acordo com Thaís Silva a AR, o PD do DF e o BO são importantes eixos na política partidária carioca nos anos 1920. Ver da autora: SILVA, Thaís Lopes. Entre a ação legislativa e o constrangimento político: o Conselho Municipal do Distrito Federal (1921-1930). Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 59. (Dissertação de Mestrado). Para uma análise do desempenho do Bloco Operário na política carioca ver KAREPOVS, Dainis. A classe operária vai ao Parlamento: o Bloco Operário Camponês do Brasil (1924-1930). São Paulo: Alameda, 2006.



políticos locais e o ordenamento do voto personalizado do eleitorado da capital.

Três foram os efeitos mais diretos das dificuldades enfrentadas pelas siglas na absorção dos conflitos intra-elites: a maior vulnerabilidade do campo político carioca à intervenção do Poder Executivo federal, o comprometimento da possibilidade da cidade do Rio de Janeiro gozar de um melhor *status* na política nacional e o papel de elemento desestabilizador desempenhado pelo Distrito Federal no jogo oligárquico da Primeira República. A despeito disso, a ideia de uma capital neutralizada, sem autonomia política, com instituições débeis, cabendo aos grupos locais apenas uma encarniçada luta pela sobrevivência não se mostra adequada.

